



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

N.º 9-A, DE 2025

(Do Sr. Marcos Pollon)

Susta Portaria do Ministro da Justiça e Segurança Pública Nº 857/2025 de 17 de janeiro de 2025, que Institui o Núcleo Estratégico de Combate ao Crime Organizado; tendo parecer da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela aprovação (relator: DEP. CORONEL ASSIS).

DESPACHO:
ÀS COMISSÕES DE
SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54,
RICD)

APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado:
- Parecer do relator
- Parecer da Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2025

(Do Sr. Marcos Pollon)

Susta a Portaria do Ministro da Justiça e Segurança Pública Nº 857/2025 de 17 de janeiro de 2025, que Institui o Núcleo Estratégico de Combate ao Crime Organizado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, ficam suspensos os efeitos da Portaria do Ministro da Justiça e Segurança Pública Nº 857/2025 de 17 de janeiro de 2025, que Institui o Núcleo Estratégico de Combate ao Crime Organizado.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Apresentação: 03/02/2025 08:10:35.350 - Mesa

PDL n.9/2025



JUSTIFICATIVA





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

A presente proposição visa sustar a Portaria nº 857/2025 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que institui o Núcleo Estratégico de Combate ao Crime Organizado. Este ato normativo, ao criar uma estrutura destinada ao combate ao crime organizado, apresenta falhas substanciais na sua concepção, que merecem análise crítica e fundamentação. A principal crítica reside na sua criação sem a observância plena dos preceitos constitucionais e legais que regem a segurança pública, especialmente no que tange à integração dos órgãos que atuam diretamente no combate ao crime organizado.

Primeiramente, é imprescindível destacar que o combate ao crime organizado no Brasil envolve uma vasta gama de instituições, conforme preconiza o art. 144 da Constituição Federal. Este artigo estabelece que a segurança pública deve ser exercida de forma integrada e articulada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. A Constituição de 1988 é clara ao dividir a responsabilidade de manutenção da ordem pública e do combate ao crime entre as diversas forças de segurança, que incluem as polícias civis, as polícias militares, as polícias penais e as Forças Armadas.

A Portaria nº 857/2025, contudo, constitui uma falha ao excluir dessas discussões órgãos centrais e fundamentais no Sistema de Segurança Pública, como a Polícia Militar, as Polícias Civis Estaduais, as Polícias Penais e as Forças Armadas, os quais desempenham papéis cruciais na desarticulação das organizações criminosas. A criação de um Núcleo que centraliza a gestão do combate ao crime organizado sem a devida participação dessas instituições resulta em um modelo incompleto, que não reflete a complexidade da questão.

A Polícia Militar e as Polícias Civis Estaduais, por exemplo, são responsáveis pela atuação nas ruas, pelo patrulhamento ostensivo e pelas investigações, atividades essenciais para o enfraquecimento das organizações criminosas. A Polícia Penal, por sua vez, exerce uma função estratégica na administração e no controle do sistema penitenciário, que, como é amplamente reconhecido, é um dos principais alvos de infiltração de facções criminosas. A falta de representação desses órgãos no Núcleo Estratégico de Combate ao Crime Organizado evidencia um erro de planejamento, pois ignora a realidade prática da atuação integrada da segurança pública.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Além disso, ao excluir a Polícia Penal, a Portaria desconsidera a importância da atuação no sistema carcerário, onde grande parte das organizações criminosas, como o Comando Vermelho, o Primeiro Comando da Capital (PCC), e outras facções, possuem suas raízes. A Polícia Penal, com seu trabalho especializado, é crucial para impedir que facções criminosas operem a partir do interior dos presídios, tornando-se uma peça chave na luta contra o crime organizado. Segundo Fernando Capez (2014), a segurança no sistema prisional é fundamental para a repressão às organizações criminosas, e sua exclusão do Núcleo compromete a eficiência das ações previstas.

No campo da segurança pública, a coordenação entre as diversas forças de segurança é crucial para o sucesso de qualquer política pública. A doutrina de Sérgio Moro (2018) enfatiza que a fragmentação de ações no combate ao crime organizado resulta em falhas graves, e que apenas a colaboração interinstitucional poderá permitir a vitória no enfrentamento de facções criminosas. O núcleo proposto na Portaria, ao concentrar poder de decisão apenas em um grupo restrito de órgãos, contraria essa lógica, fragilizando a coordenação necessária para enfrentar organizações criminosas de maneira efetiva.

O princípio da legalidade, previsto no art. 37 da Constituição, também exige que qualquer criação de novos órgãos ou atribuições seja acompanhada de um estudo rigoroso da necessidade e competência de cada um deles. A Portaria nº 857/2025, ao criar uma estrutura sem consultar os órgãos diretamente envolvidos na segurança pública, não apenas fere o princípio da legalidade, mas também desrespeita a estrutura do Sistema de Segurança Pública consagrada pela Constituição.

A participação democrática e a representatividade institucional são aspectos fundamentais da administração pública, conforme aponta José Afonso da Silva (2018). Ao excluir instituições chave do Sistema de Segurança Pública, a Portaria falha na construção de um modelo efetivo e democrático de governança no combate ao crime organizado. A gestão da segurança pública deve ser plural e refletir a diversidade de competências e atuações das diversas forças de segurança, para que se obtenha uma estratégia de sucesso.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Outro ponto relevante é que a criação do Núcleo Estratégico sem a participação das Forças Armadas também merece destaque. O combate ao crime organizado, especialmente em regiões de fronteira e em áreas de difícil acesso, requer a colaboração das Forças Armadas, que possuem capacidades operacionais e logísticas superiores para enfrentar facções criminosas com recursos e capacidade de articulação nacional. A exclusão desse órgão do Núcleo enfraquece a resposta federal a situações críticas, como os conflitos no tráfico de drogas e a expansão de facções em áreas remotas.

A ineficiência do modelo proposto pela Portaria também é evidente na sua falta de abrangência e articulação com as políticas públicas estaduais e municipais. A segurança pública deve ser pensada de maneira sistêmica, com ações que articulem a União, os Estados e os Municípios, conforme estabelecido pela Constituição Federal. No entanto, o modelo do Núcleo cria uma estrutura hierárquica centralizada, que não dialoga com as realidades locais e estaduais, comprometendo a efetividade das ações propostas.

Em sua análise crítica, Luiz Flávio Gomes (2016) defende que o sucesso no combate ao crime organizado está diretamente relacionado à capacidade de articulação entre diferentes esferas de governo e diferentes instituições de segurança. A falta dessa articulação no modelo da Portaria nº 857/2025 resulta em um sistema fragmentado, que não se adapta às especificidades de cada local e não é capaz de responder de forma coordenada às diversas manifestações de organizações criminosas.

Além disso, ao excluir as instituições estaduais e locais, a Portaria também ignora a sua importância na gestão da segurança pública. Como bem destaca José Vicente Tavares (2017), a eficácia da segurança pública depende de um sistema que envolva a participação da sociedade, dos entes federados e das próprias forças de segurança, para garantir que as políticas sejam implementadas de forma democrática e alinhada com as necessidades locais.

Por fim, é importante ressaltar que o sistema de justiça criminal e de segurança pública deve ser guiado por princípios constitucionais, que assegurem uma atuação eficiente, coordenada e, acima de tudo, respeitosa às competências dos diversos órgãos envolvidos.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

A Portaria nº 857/2025, ao centralizar a gestão do combate ao crime organizado sem a participação adequada de todos os órgãos envolvidos na segurança pública, compromete a integridade do sistema e fere a Constituição.

Portanto, com base em todos os argumentos apresentados, é fundamental a aprovação deste Projeto de Decreto Legislativo, com o objetivo de sustar a Portaria nº 857/2025 e garantir que a política de combate ao crime organizado seja construída de maneira integrada, respeitando as competências de todos os órgãos responsáveis pela segurança pública.

Sala das Sessões, em 24 de janeiro de 2025.

Deputado Federal Marcos Pollon

PL-MS

Apresentação: 03/02/2025 08:10:35.350 - Mesa

PDL n.9/2025



COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 2025

Susta Portaria do Ministro da Justiça e Segurança Pública Nº 857/2025 de 17 de janeiro de 2025, que Institui o Núcleo Estratégico de Combate ao Crime Organizado.

Autor: Deputado MARCOS POLLON

Relator: Deputado CORONEL ASSIS

I - RELATÓRIO

O Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 2025 (PDL 9/2025), de autoria do Deputado Marcos Pollon, visa sustar os efeitos da Portaria nº 857, de 17 de janeiro de 2025, do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, que institui o Núcleo Estratégico de Combate ao Crime Organizado, no âmbito de sua pasta.

De acordo com a justificativa do Autor, a referida portaria apresenta vícios de concepção ao estabelecer um modelo centralizado e excludente de governança da segurança pública, especialmente no que tange ao enfrentamento do crime organizado. Segundo o proponente, a medida ignora os princípios constitucionais da cooperação federativa, da legalidade administrativa e da gestão integrada das forças de segurança pública.

Primeiramente, é imprescindível destacar que o combate ao crime organizado no Brasil envolve uma vasta gama de instituições, conforme preconiza o art. 144 da Constituição Federal. Este artigo estabelece que a segurança pública deve ser exercida de forma integrada e articulada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. A Constituição de



1988 é clara ao dividir a responsabilidade de manutenção da ordem pública e do combate ao crime entre as diversas forças de segurança, que incluem as polícias civis, as polícias militares, as polícias penais e as Forças Armadas. A Portaria nº 857/2025, contudo, constitui uma falha ao excluir dessas discussões órgãos centrais e fundamentais no Sistema de Segurança Pública, como a Polícia Militar, as Polícias Civis Estaduais, as Polícias Penais e as Forças Armadas, os quais desempenham papéis cruciais na desarticulação das organizações criminosas. A criação de um Núcleo que centraliza a gestão do combate ao crime organizado sem a devida participação dessas instituições resulta em um modelo incompleto, que não reflete a complexidade da questão.

A proposição foi apresentada em 3 de fevereiro de 2025 e despachada à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para análise de mérito, constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, sujeita à apreciação do Plenário, em regime de tramitação ordinário (art. 151, III, RICD).

A CSPCCO recebeu a presente proposição em 12 de fevereiro de 2025 e fui designado Relator do PDL em tela em 28 de março do mesmo ano.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 32, inciso XVI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, compete à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado opinar sobre matérias relativas à segurança pública e à organização, às atribuições e ao funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública nacional. Assim, a análise do presente Projeto de Decreto Legislativo, que visa sustar os efeitos da Portaria MJSP nº 857, de 17 de janeiro de 2025, deve se ater à conformidade do referido ato infralegal com os princípios constitucionais e com a arquitetura legal da segurança pública brasileira. E, nesse contexto, sob a ótica de nossa Comissão Permanente, o PDL em tela merece prosperar.



Nos limites da competência desta Comissão, observa-se que a Portaria MJSP nº 857/2025 criou o Núcleo Estratégico de Combate ao Crime Organizado, com a função de coordenar ações e estratégias nacionais de enfrentamento às organizações criminosas. Embora a portaria preveja a participação de órgãos relevantes como a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Secretaria Nacional de Segurança Pública, entre outros, deixa de contemplar, sem justificativa técnica clara, instituições igualmente essenciais à repressão qualificada das organizações criminosas, como as polícias penais, as polícias civis e militares dos estados e as guardas municipais, que exercem funções constitucionais no sistema de segurança pública.

A segurança pública, conforme estabelece o art. 144 da Constituição Federal, é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. O mesmo dispositivo elenca como integrantes do sistema os diversos órgãos federais, estaduais e municipais, cuja atuação coordenada é condição essencial para a eficácia das ações de combate à criminalidade complexa. A exclusão, na estrutura decisória do núcleo, de representantes desses entes fragiliza o princípio da gestão integrada, previsto tanto no *caput* do art. 144 quanto na Lei nº 13.675/2018, que institui o Sistema Único de Segurança Pública – SUSP.

Tal configuração compromete diretamente o princípio federativo, cláusula pétrea da Constituição (art. 1º, *caput*, e art. 60, §4º, I), e o princípio da eficiência (art. 37, *caput*), pois impede que os entes subnacionais, responsáveis pela maior parte das ocorrências e prisões no País, participem da formulação e do monitoramento de estratégias nacionais de grande relevo. A concentração decisória nas mãos do Executivo Federal, desconsiderando a multiplicidade de realidades locais e regionais, afronta ainda o princípio da subsidiariedade, que informa a organização da segurança pública no Brasil.

A Lei nº 13.675, de 2018, que institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), estabelece, em diversos de seus dispositivos, que a atuação integrada dos órgãos de segurança pública deve observar a governança por meio de instâncias deliberativas e consultivas, com composição plural e representativa dos entes federativos. Ao instituir um núcleo



estratégico com atribuições de formulação de diretrizes, articulação operacional e coordenação de ações nacionais sem amparo legal específico, a Portaria MJSP nº 857/2025 exorbita do poder regulamentar e compromete a lógica federativa e participativa prevista no marco legal do SUSP. Nesses casos, cabe ao Congresso Nacional exercer o controle político de legalidade por meio da sustação do ato, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal.

É certo que o Executivo possui competência para editar normas internas de organização administrativa e coordenação interinstitucional. No entanto, a criação de estruturas permanentes com atribuições transversais, que incidem sobre políticas públicas partilhadas com os entes subnacionais e previstas em lei, exige fundamento legal claro e respeito à estrutura do pacto federativo. Não se trata de mera norma de organização interna, mas de redefinição de instâncias estratégicas de governança nacional.

Outro aspecto que merece atenção é a ausência das Forças Armadas na composição do Núcleo Estratégico criado pela Portaria. Embora sua atuação no âmbito da segurança pública seja excepcional e subsidiária, nos termos do art. 142 da Constituição Federal, é inegável que, em contextos de enfrentamento ao crime organizado de alta complexidade — como nas operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) — sua presença estratégica é muitas vezes imprescindível. A completa exclusão de representantes das Forças Armadas dessa instância de deliberação compromete a coordenação interinstitucional e ignora a experiência acumulada dessas instituições na repressão ao tráfico de drogas, armas e atuação de facções com poder bélico superior ao das polícias locais.

Tal exclusão torna-se ainda mais grave quando se considera que, nos termos do art. 16-A da Lei Complementar (Lcp) nº 97, de 1999, com redação dada pela Lcp nº 136/2010, as Forças Armadas exercem, de forma permanente, poder de polícia ostensiva na faixa de fronteira terrestre, em águas jurisdicionais brasileiras e no espaço aéreo correspondente, com o objetivo de prevenir e reprimir delitos transfronteiriços e ambientais. Essa previsão legal reconhece a importância da atuação contínua das Forças Armadas na proteção das fronteiras nacionais — áreas de especial interesse estratégico para o combate ao tráfico internacional de drogas, armas, munições



e crimes conexos. Ao ignorar esse papel constitucional e legalmente previsto, a Portaria compromete não apenas a eficácia da estratégia nacional, mas também a coerência institucional entre os diversos instrumentos normativos que estruturam a segurança pública brasileira.

Além dos fundamentos já expostos, importa destacar que o modelo proposto pela Portaria também viola o princípio da legalidade estrita na Administração Pública, segundo o qual o agente público só pode agir nos limites autorizados pela lei, conforme previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal. No campo da segurança pública, esse princípio ganha contornos ainda mais rigorosos, dada a sensibilidade institucional e o potencial de uso coercitivo do Estado. A edição de portaria que inova no ordenamento jurídico e interfere em competências de outros entes da Federação viola, portanto, a reserva legal própria das matérias de organização da segurança pública.

Diante do exposto, restando evidente que a Portaria MJSP nº 857/2025 exorbita do poder regulamentar ao comprometer a lógica federativa, a governança integrada e a legalidade administrativa na segurança pública, votamos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 2025, como medida necessária de defesa da ordem constitucional e da eficácia da política nacional de combate ao crime organizado.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado CORONEL ASSIS
Relator





Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 2025

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, opinou pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 9/2025, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Coronel Assis.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Delegado Paulo Bilynskyj - Presidente, Sargento Gonçalves e Dr. Ismael Alexandrino - Vice-Presidentes, Alberto Fraga, Aluísio Mendes, André Fernandes, Capitão Alden, Delegada Ione, Delegado Caveira, Delegado Fábio Costa, Delegado Palumbo, Delegado Ramagem, Eriberto Medeiros, Flávio Nogueira, Lincoln Portela, Nicoletti, Pastor Henrique Vieira, Pedro Aihara, Reginaldo Lopes, Rodrigo da Zaeli, Sanderson, Sargento Fahur, Sargento Portugal, Zucco, Allan Garcês, Cabo Gilberto Silva, Capitão Augusto, Caroline de Toni, Coronel Assis, Coronel Chrisóstomo, Coronel Meira, Dayany Bittencourt, Delegado Bruno Lima, Duda Salabert, Gilvan da Federal, Hugo Leal, Kim Katagui, Messias Donato e Rodolfo Nogueira.

Sala da Comissão, em 14 de outubro de 2025.

Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ
Presidente

